A Europa no epicentro da crise

João Ricardo e Felipe Alegria, de Madri (Espanha)

Quando terminávamos de escrever este artigo, centenas de milhares de trabalhadores participavam de uma manifestação em Lisboa contra as reformas do governo. Um dia antes o governo de Mariano Rajoy na Espanha desferia sua Reforma Trabalhista, considerado o mais duro ataque aos direitos dos trabalhadores desde a transição, permitindo que as empresas rebaixem os salários e liquidem direitos consolidados por décadas, facilitando as demissões onde o desemprego oficial atinge mais de 21%.

Enquanto isso, os trabalhadores gregos protagonizavam uma greve geral de 48 horas e se concentravam em frente ao parlamento que deverá votar um dos planos de pilhagem mais vergonhosos da historia europeia – rebaixamento do salário mínimo em 25%, e para os menores de 25 anos rebaixar 32%; fim do pagamento do décimo terceiro salário, demissão de 15 mil funcionários públicos de um plano que prevê a demissão de 150 mil e congelamento dos salários até que o desemprego, que agora está mais de 20%, chegue a 10%, e novos cortes na saúde pública.

Mas não para por aí. Outra exigência chave é a venda imediata das estatais a "preço de mercado", ou seja, ultradesvalorizadas em função da crise para que os bancos alemães e franceses comprem o país a "preço de banana". O sentido das "negociações" é cristalino: o governo Grego deve "receber" cerca de 145 bilhões de euros da UE, mas este dinheiro nem passaria por perto da Grécia, vai diretamente aos bancos alemães e franceses. E para isso os bancos "renunciam" a 50% de uma dívida que nunca receberiam! E o restante se transforma em uma nova dívida garantida pela UE!

Tudo isso para reduzir, na hipótese mais otimista, a dívida pública grega de 160% do PIB para... 120%! As exigências do imperialismo francês e alemão foram crescendo ao longo da semana. O Eurogrupo (organismo dos ministros da economia da zona euro) passou a exigir um compromisso escrito dos três partidos do governo em aplicar o acordo, seja qual for o resultado das próximas eleições. Além disso, aumentam o cortes em mais 325 milhões de euros.

Entre a greve geral e a renúncia de ministros e com uma crise política instalada, Papadimos, o atual primeiro ministro (imposto pela UE sem eleições) declara que "uma quebra descontrolada afundaria o país em uma aventura desastrosa". Mas este ato falho expressa a verdadeira política em curso: evitar a quebra descontrolada. A política dos principais imperialismos europeus não tem como centro a manutenção de Grécia no euro, a quebra é mais cedo ou mais tarde inevitável.

Mas para isso querem fazer este movimento de forma "controlada"' ou seja, saquear antes todo um país, deixar milhões na miséria para evitar perdas ainda maiores aos seus bancos. E de passagem disciplinar não somente Portugal, mas também a Itália e Espanha. Depois disso Grécia poderia "sair" do euro.

Um protetorado econômico?

Vinculado ao "supremo objetivo" de "manter a Grécia no Euro", um show de hipocrisia toma conta das declarações dos governos. As macabras negociações sobre o novo "acordo" entre o governo Grego, a Troika (formada pelo BCE, o FMI e Comissão Europeia) e os banco privados é a expressão de que a guerra social aos trabalhadores e aos povos da Europa tem como objetivo também transformar os países da periferia do euro em um protetorado econômico dos centros imperialistas.

Nas semanas que antecederam a negociação com o governo alemão, propôs-se a criação de um "comissário do orçamento", na verdade um delegado alemão que teria o direito de veto na execução do orçamento grego. Ou seja, já não somente ditaria o orçamento, mas sua execução dependeria de um 'vice-rei' alemão. E além

disso, propõe-se uma conta corrente separada do controle do governo para assegurar o pagamento dos bancos.

O governo alemão justifica sua proposta diante do "resultado decepcionante das reformas estruturais" e em seu documento acrescenta: "O governo Grego deve dedicar toda sua arrecadação ao pagamento da dívida e somente depois de garantido o pagamento poderá atender as demais previsões orçamentária".[1]

As medidas do acordo mais geral da "União fiscal", aprovado por iniciativa de Angela Merkel para os países do euro, acaba com qualquer soberania na definição e execução do orçamento: a) Haverá sanções automáticas a todos os países que ultrapasse o limite de déficit público fixado; b) O tribunal de justiça europeu pode multar os estados que não aprovem as leis necessárias para garantir o pacto orçamentário; c) O *Eurogrupo* (conselho composto pelos ministros da área econômica) terá a última palavra sobre os orçamentos dos Estados, antes de ir aos parlamentos passará pelo crivo da Alemanha.

O controle econômico da burguesia alemã sobre a zona euro exige um controle político sobre os Estados da periferia e este processo vem se aprofundando a partir do desenvolvimento da crise. O profundo endividamento da periferia é o resultado do processo de destruição de suas economias a partir da criação do euro, em 2000: desindustrialização e especialização de países nos setores de serviços, unido ao substancial aumento das exportações, fundamentalmente da Alemanha.

Agora se trata de submeter todos esses países às necessidades de salvar um sistema financeiro em quebra. Em particular a banca alemã e francesa, intimamente unida às suas empresas multinacionais. O projeto do euro não está em discussão nos imperialismos centrais, mesmo com a possível saída de Grécia e até mesmo de Portugal. O euro foi um passo significativo na constituição da hegemonia alemã sobre a Europa, e segue sendo uma peça chave para assegurá-la e para conseguir a submissão política e econômica de países como Itália e do Estado Espanhol.

A política da UE expressa a profunda necessidade dos imperialismos centrais de aprofundar a crise na periferia para evitar que a mesma se aprofunde no centro. E em longo prazo será a base para consolidar a hegemonia da principal burguesia europeia.

Mas tanto a greve geral belga que recepcionou os chefes de Estado durante a reunião da cúpula europeia, com a completa paralisação do aeroporto do centro da cidade e obrigou os "dignitários" a descer no aeroporto militar a 30 km de Bruxelas, como a sincronia das reformas e mobilizações, nos indicam que a última palavra no desenvolvimento da crise não foi dada.

Este artigo tem o objetivo de discutir em que momento da crise europeia estamos e as hipóteses de seu desenvolvimento. Neste momento a Europa é o centro da crise da economia capitalista mundial e a luta entre as classes e a relação da periferia com o centro imperialista constitui o fator determinante para sua dinâmica.

Europa como epicentro da crise

A atualização das previsões do FMI e do Banco Mundial para o desenvolvimento da crise capitalista no mundo e em particular na Europa indica o seu aprofundamento. A dança dos números sobre Produtos Internos Brutos, crise das dívidas soberanas e bancos já indica que a recessão está instalada na Europa e o que se discute é até onde vai à crise.

O que não cabe dúvida destes informes é que o epicentro da crise econômica mundial está instalada na Europa. O fato então que coloca todos os organismos internacionais em polvorosa e leva a recessão este ano na União Europeia é a lentidão para desvalorizar a montanha de dívidas que foi o motor do "crescimento econômico" na periferia do sistema desde 2000 com a criação do euro.

No citado informe sobre a situação das finanças mundiais o FMI afirma:

[1] El País 29.01.2012

Em numerosos mercados, o custo do financiamento é ***hoje mais elevado que durante a crise do banco Lehman****. As dificuldades de financiamento estão começando a se fazer sentir na economia em termos mais gerais: as condições de acesso ao crédito bancário se tornam mais difíceis para a pequena e média empresa e para as famílias à medida que diminui a capacidade dos bancos para financiar ativos, exacerbando o risco creditício.* (FMI, janeiro de 2012)

A crise na Europa vem se aprofundando e diminuindo a capacidade de investimento das empresas em particular da região periférica, mas ela ainda é desigual se comparada com as econômicas centrais.
A crise de superprodução iniciada em 2008 nos EUA levou a paralisia no sistema de crédito, combinando a superprodução com um colapso no sistema financeiro mundial. O aprofundamento da crise na Europa é parte do mesmo processo, cujo centro se desloca dos EUA, mas mantém os mesmos padrões e bases, expressando-se também no endividamento dos Estados.

Mas, como diz o citado informe, nesta fase, nenhum país ou região pode escapar das conseqüências do aprofundamento da recessão europeia.

A relação dos bancos norte-americanos na especulação com títulos da dívida europeia forma a cadeia entre a crise bancária europeia e seus efeitos nos bancos norte-americanos. A maior parte dos seguros com títulos da divida dos Estados europeus (CDS) estão em Wall Street.

O financiamento do comércio internacional corre também risco com a crise no sistema financeiro, tanto em nível europeu como em escala mundial. Os efeitos da diminuição do crédito para o comércio já atua nos preços das matérias-primas e nas exportações do Leste asiático, em particular da China cujo destino dos manufaturados produzidos tem hoje a Europa como principal destinatário.

Assim, o aprofundamento da crise europeia pode obrigar os bancos americanos a declarar novas perdas e atuar diretamente nas empresas norte-americanas e europeias instaladas no leste da Ásia. O caráter até mesmo "catastrófico" das intervenções dos organismos imperialistas se agrega ao fato de que o aprofundamento da crise europeia está se localizando no mesmo espaço de tempo em que a China inicia o processo de desaceleração de sua economia, a nova caída nas exportações de 11% do PIB em 2008 para cerca de 5% do PIB em 2009 foi compensada pelo aumento do investimento fixo neste país que chegou a incrível marca de 50% do PIB (2010-2011). Este fenômeno político-econômico dificilmente pode ser mantido no próximo período.

Assim, a progressiva queda nos preços das matérias-primas que vem se desenvolvendo de forma lenta, poderia chegar a ser mais abrupta, o que afetaria em forma de colapso as economias latino-americanas. Que também chegaram ao seu limite da intervenção estatal para suprir as perdas das grandes empresas, a capacidade do endividamento do Estado não terá a mesma pujança de 2008.

No meio da turbulência europeia os apologistas do capital na forma de keynesianos[2] cantam loas à "recuperação" da economia dos Estados Unidos, pela diminuição do nível de endividamento privado (empresas, famílias e bancos). Seguem vendo a crise somente uma crise financeira e, além disso, como uma crise separada entre países e não como uma crise mundial. Polêmica à parte sobre o grau de recuperação da crise nos Estados, é um fato que o grau de endividamento com relação à produção diminuiu.

Mas o problema de fundo que está colocado neste momento é saber se é possível que os EUA continuem sua marcha em direção a um novo ciclo expansivo de investimento, mantendo o modelo de acumulação baseada na montanha de dívidas e alicerçada no aprofundamento da internacionalização de seu capital e fazer tudo isso por fora da crise mundial que tende a se aprofundar.

[2] ¿Esta se reanimando la economía? Paul Krugman, El País, 29/01/2012. O *resultado final é que apesar de tanto predicar sobre os males do endividamento, os europeus não estão fazendo nenhum progresso quanto ao excesso de dívida enquanto que os EUA sim.*

Sobre o caráter da crise

Na fase atual, a crise capitalista na Europa aparece como uma crise do endividamento do Estado. Mas este fato é somente a expressão do controle do capital financeiro sob os governos na medida em que os governos transformaram as dívidas dos bancos em uma dívida de toda "sociedade". Esta medida de caráter político expressa não somente a falência do capitalismo como sistema, como deixa evidente a missão histórica do Estado burguês, "socializar" as perdas dos banqueiros. Mas quais as razões de fundo do crescimento da dívida privada que os Estados incorporam para salvar os bancos?

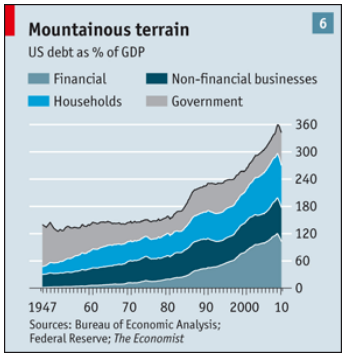
Há uma relação estreita entre a internacionalização do capital, (tendo como eixo um superinvestimento no leste de Ásia) e a montanha de dívidas, em particular nas 10 principais economias do mundo. Quando a crise estoura em 2008, a dívida global destes países equivale a 300% do Produto Interno Bruto. E a parte fundamental desta montanha de dívidas estava concentrada nas empresas, bancos e famílias.

O gráfico (1) demonstra como, desde o final dos anos 1980, assim como a partir de 2000, se produz um salto no endividamento geral nos EUA das empresas, famílias, bancos. E como o salto no endividamento esteve relacionado com a política aplicada para enfrentar a crise econômica.

A dívida das famílias nos EUA se aproximou de 100% do PIB em 2007. Na Grã-Bretanha, a dívida das famílias subiu de 105% da renda disponível em 2000 para 160% em 2008, e na Espanha, a proporção subiu de 69% a 130% no mesmo período. As empresas não financeiras nos EUA aumentaram sua dívida em relação ao PIB de 58% em 1985 para 76% em 2009, enquanto o setor financeiro passou de 26% a 108 % em relação ao mesmo período.

A política de juros baixos do FED e do BCE favorece o sistema de especulação em bolsa e a criação de "novos produtos" dos bancos, ao mesmo tempo em que permite a extensão do crédito de forma ampla, mantendo um alto nível de consumo apesar do achatamento salarial.

Mas o crescimento das dívidas em nível interno foi acompanhada de um intenso processo de internacionalização do capital, em particular com a transferência de manufaturas para China, que por sua vez, investiu grande parte do superávit de sua balança comercial em títulos do tesouro americano permitindo ao FED manter então sua política de juros baixos.



Assim, quando estoura a famosa "bolha imobiliária" em 2007, a sociedade norte-americana encontrava-se mergulhada em um mar de dívidas. A crise de superprodução, com sua seqüela de desemprego, provocou uma inadimplência massiva nas hipotecas. Esso, dada a envergadura que assumiu a especulação a partir das hipotecas (as famosas *subprime* e os derivativos) provocou uma tremenda crise no sistema financeiro, afetando de cheio o crédito nos EUA e, além disso, na Europa e outros lugares.

A importância da crise das hipotecas cobrou o seu preço na crise pelo grau de especulação no preço das residências, que veio a pique com a inadimplência, dando a crise de superprodução também um caráter de crise no sistema de crédito.

Vazio e valor na economia política

O imperialismo é a expressão do domínio do capital financeiro sobre o mundo. Este domínio foi desenvolvido a uma escala sem precedentes como parte do processo de centralização dos capitais e do papel decisivo do capital financeiro como proprietário das principais empresas de produção e do comércio mundial.

A importância adquirida pelo capital financeiro na época imperialista torna a montanha de dívidas e a especulação um papel de suma importância no desenvolvimento da crise. Mas não se pode esquecer que o fator relevante de todo este processo foi o endividamento como um instrumento importante para prolongar a produção para além dos seus limites e retardar a explosão das crises de superprodução capitalista. Este processo está profundamente vinculado à internacionalização do capital dos grandes centros imperialistas.

Mas estes dois elementos seguem indissoluvelmente relacionados à produção de mais-valia. Por isso o que precipita a crise do sistema financeiro não é outra que a crise de superprodução, provocada pela queda na taxa de lucro das empresas.

A realização de mais-valia está, por uma parte, inseparavelmente ligada à existência de uma massa monetária em circulação de forma que, quanto mais produtivo é um capital em relação ao seu concorrente, maior é a sua cota da massa monetária que circula.

Além de ser a expressão do valor das mercadorias e meio de troca, o dinheiro existe também como reserva de valor, que permite então o capitalista manter a mais-valia acumulada sob a forma de lucro e volta a valorizá-la na esfera da produção. Reiniciando o circuito de valorização do capital, sempre numa escala superior e em menor tempo possível.

Mas a massa monetária, como explicava Marx, nunca se limitou ao papel moeda em circulação sob a responsabilidade do Estado. Os títulos privados de compra e venda, as faturas e os títulos da dívida pública formam parte do circulante monetário. Assim os bancos sempre “criam moedas” quando realizam uma operação de empréstimo, ou quando compram ou vendem uma dívida que será cobrada no futuro. Neste caso, realiza no presente uma mais-valia que será produzida mais adiante.

Quanto maior é a produção de mercadorias, maior é a sua circulação e, portanto, a capacidade de realizar estas operações de “criação de dinheiro” pelos bancos. Tanto realizando e concedendo crédito aos empresários, como realizando empréstimos aos consumidores, ou com operações especulativas sobre as dívidas. Mas todo este processo depende da produção de mercadorias, de valores reais, e que este siga crescendo, ou seja, depende do investimento das empresas e em última instância da produção de mais-valia.

Quando os bancos criam dinheiro através dos empréstimos ou em operações especulativas com títulos de dívidas, presumem que uma determinada quantidade de mais-valia será produzida no futuro. Cria-se então uma determinada relação em que a realização de lucros presentes depende de uma mais-valia que será gerada no futuro.

Toda especulação se move no limite desta fronteira. A expectativa de crescimento é então sempre a chave para que o capital fictício seja preenchido por uma mais-valia real em algum momento. Na medida em que estoura a crise de superprodução e os preços das mercadorias desabam e já não existe a garantia de que esta mais-valia seja produzida e todos os papéis que representavam um valor futuro se convertem no que na verdade são: papeis.

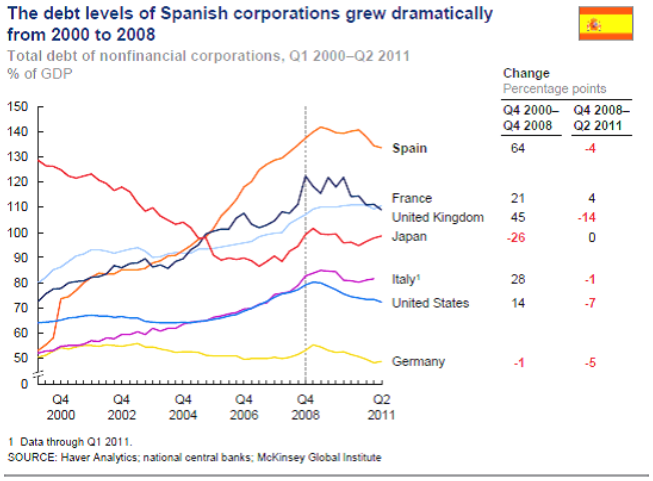
O caráter explosivo da crise atual é dado por uma crise de superprodução, agravada pela montanha de dívida das empresas e das famílias. Na medida em que estas dívidas são incobráveis levou o sistema bancário à bancarrota. A relação entre os bancos entre si, e destes com o sistema de produção e comércio mundial, converte-se então numa crise do sistema financeiro a escala mundial. Assim o processo de desvalorização dos capitais deve abranger também as dívidas ou o investimento seguirá paralisado ou entrará em colapso.

Nas crises anteriores o endividamento se constituiu como uma alavanca chave para sair da crise. Neste momento as dívidas se constituem no seu principal entrave.

O Problema

Tomemos o caso do Estado espanhol. A dívida das empresas representa a impressionante soma de 1,4 trilhões de euros. Comparando as dívidas relativas ao PIB que é um pouco mais de um trilhão, a dívida representa mais de um ano inteiro de produção, e se compararmos com a mais-valia produzida, é impossível pagar.

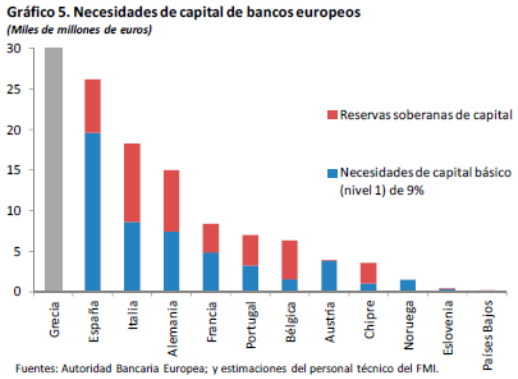
Proporcionalmente ao PIB, as empresas espanholas devem duas vezes mais do que as empresas norte-americanas e seis vezes mais do que as alemãs. Leve-se em consideração o fato de que a produção industrial é qualitativamente inferior tanto no que se refere à produtividade e capacidade de gerar divisas com exportação (pois predomina a produção de pequenas e médias empresas que não podem concorrer no mercado comum europeu).



[3]

Este mesmo grau de endividamento está presente nas empresas italianas (82%); em Portugal chega a 128% do PIB e na Irlanda chega a 194%%... Todos sabem que esta montanha de dívidas são inpagáveis.

Assim, a esperança estaria no sistema bancário. Se os bancos pudessem seguir emprestando para que as empresas continuem investindo e se endividando, manteria a *bicicleta pedalando*. Ocorre que a situação dos bancos não anda lá muito boa.



Na realidade, o sistema financeiro está quebrado. O recente informe do FMI explica como as operações interbancária (os empréstimos de bancos para os bancos) estão completamente paralisadas, assim como as linhas de crédito para o financiamento das empresas e aos consumidores.

[3] Debt and deleveraging: Uneven progress on the path to growth. McKinsey Global Institute, Jan 2012.

Pelo jargão em moda, os bancos estão "alavancados", uma palavra eufemística para dizer que a maioria do capital que os bancos possuem é papel que não representa valor: empréstimos incobráveis sob a forma de dívidas de empresas, dívidas de hipotecas, títulos de dívida pública, etc. Enfim, papel que não representa nenhum valor.

O FMI diz então que é *necessário fortalecer os bancos com novo capital e respaldar seu financiamento.* O mesmo o FMI reconhece que é necessário iniciar o processo de "desalavancamento", ou seja, iniciar o processo de desvalorização do capital, o que vai implicar em fechamento de bancos, fusões. E agrega que este movimento deve ser realizado sem que ele atue de forma devastadora no financiamento da produção de mais-valia e recuperação da taxa de lucro. O problema é: como fazer isso?

O desalavancamento dos EUA

Os Estados unidos marcaram um ponto decisivo contra o aprofundamento da crise iniciando o processo de "desalavancagem" dos bancos, queimando uma parte importante da dívida privada como proporção do PIB. A dívida do setor financeiro diminuiu de oito trilhões de dólares para seis trilhões, ou seja, para 40% do PIB, no nível do endividamento de 2000. As empresas também reduziram sua dívida em relação ao PIB e as dívidas das famílias foi reduzida em 584 bilhões de dólares, uma redução de 15 pontos percentuais. Dois terços da redução da dívida devem-se à inadimplência das hipotecas e do crédito ao consumo. [4]

Uma combinação de fatores permitiu a redução do nível de endividamento privado nos EUA, em todas elas o fator político foi a chave. Assim, temos em primeiro lugar o aumento da dívida pública federal, pela transferência de recursos para grandes empresas como a GM e pela compra de dívidas incobráveis dos bancos, (as cifras variam, mas nunca baixam de 13 trilhões de dólares). A isso agregamos o calote puro e simples de uma parte das dívidas de hipoteca e cartões de crédito aos bancos, (cerca de dois terços da diminuição da dívida). A quebra de mais de cem instituições bancárias regionais aumentando a centralização do capital. E a outra chave desta engrenagem se perde nos números, mas pode ser observada em um artigo sobre o "milagre americano":

Após três anos de estagnação do crédito, O Banco Popular em Coldwater, Ohio, tem notado uma mudança. Os clientes que há dois anos não se qualificaram para um empréstimo agora acham que podem. Um cliente que estava trabalhando apenas 35 horas por semana, há dois anos, ***está agora trabalhando 45 a 50 horas***.[5]

O aumento da exploração da classe operária norte-americana e a intervenção estatal seguem sendo os dois fatores que se combinam neste mecanismo. O desemprego, a redução de salários e o aumento da jornada permitiram às empresas diminuir uma parte de suas dívidas e auferir lucros, ainda que boa parte siga sendo manobra contábil e que, segundo os informes mais otimistas, os preços das residências ainda esteja longe de estancar sua queda. Mas é um fato importante que, do ponto de vista interno, a burguesia norte-americana evitou o pior cenário.

Outro elemento que agrega aos elementos acima citados foi a desvalorização do dólar e, portanto da dívida norte-americana, que cumpriu um papel adicional no sentido de aumentar as exportações.

Mas se a combinação destes fatores permitiu evitar o pior cenário, isto não significa afirmar que o sistema bancário norte-americano está saneado. Até agora o colapso foi evitado com a transferência de trilhões de dólares dos fundos públicos e pela capacidade única que tem o imperialismo, que detém a chave da máquina de dólares, para aumentar sua dívida pública.

[4] Debt and deleveraging: Uneven progress on the path to growth. McKinsey Global Institute, Jan 2012.

[5] The economist 4/02/2012

Mas somente com a retomada dos investimentos das empresas os bancos podem sanear seus balanços. Pois o que se trata é que a mais-valia produzida pela exploração da classe operária seja dividida entre lucros das empresas, bancos e impostos, mas o EUA ainda está longe de atingir um novo ciclo de investimento.

Os limites da União Europeia

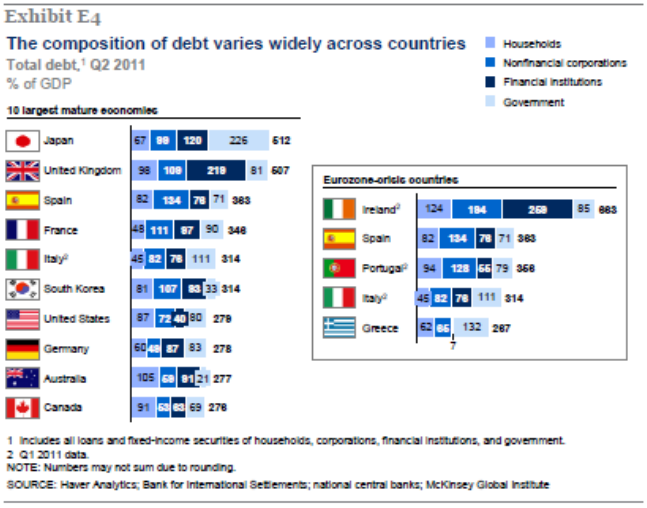
Assim como a crise de superprodução nos EUA tomou inicialmente a forma da crise das hipotecas, expressão mais espetacular da especulação, a crise na Europa se expressa sob a forma do endividamento público. Mas este fato é o resultado da conversão da dívida privada em dívida pública, expressando a falência do projeto reacionário da União Europeia conduzida pelos imperialismos alemão e francês.

A última reunião de cúpula da UE aprovou a criação de um novo fundo de resgate proposto pelo FMI, o mesmo terá uma capacidade de 500 bilhões de euros, bem abaixo do 1 trilhão proposto Christine Lagarde (FMI) e defendido pela Espanha e Itália, mas vetado por quem terá que colocar o dinheiro – Merkel.

O monopólio da emissão de bilhetes de euros não pertence mais aos bancos centrais dos países da zona euro. Assim os mecanismos adotados pelo FED não pode ser feito na mesma escala pelos bancos centrais dos Estados membros da UE porque estes dependem do Banco Central Europeu (BCE).

A política do BCE é fundamentalmente deixar a função da criação de dinheiro nas mãos dos bancos, na medida em que este empresta euros aos bancos a 1% e estes compram títulos da dívida pública a 5% e 7%. [6] Mas verdade seja dita, esta política ainda que seja um escândalo político pior do que a compra de títulos podres por parte do FED aos bancos americanos é demasiado lenta para a profundidade da crise.

Quanto é necessário para o resgate dos bancos europeus? As cifras variam, mas segundo um informe da UE, no pior cenário este valor estaria em 16 trilhões de euros. Obviamente que todos sabem que não existe a menor possibilidade de que exista um resgate desta montante.



[6] A UE recusa a criação de dinheiro pelo banco central, deixando o financiamento do déficit para os bancos.
O Artigo 123 do Tratado de Lisboa proíbe o BCE e outros bancos centrais de emprestar para o governo. Mas os bancos centrais foram criados especificamente para financiar os déficits do governo. A UE reverte a história como as coisas eram trezentos anos atrás, antes do Banco da Inglaterra ser criado. Reservando a tarefa de oferecer crédito para os bancos comerciais, ela deixa os governos sem um banco central para financiar o gasto público necessário para evitar a depressão e um colapso financeiro generalizado.
Assim, o tiro saiu pela culatra. Quando os formuladores da política do "dinheiro difícil" limitaram o poder do banco central, eles assumiram que a dívida pública seria livre de risco. Obrigar que os déficits orçamentários sejam financiados por credores privados parecia ser uma grande jogada: ser capaz de receber juros pela criação de crédito eletrônico que os próprios governos podem fazer. Mas agora, os governos europeus precisam de crédito para equilibrar o seu orçamento ou encarar o calote. Assim, agora os bancos querem um banco central para criar o dinheiro para socorrê-los dos empréstimos ruins que fizeram. *How the Banks Broke the Social Compact, Promoting their Own Special Interests, Michael Hudson, Global Research, January 28, 2012*

A cadeia de dívidas é tão profunda e aumenta ainda mais, pois a distância entre dívida e produção nacional (PIB) se aprofunda com a recessão. Então a política alemã é garantir em primeiro lugar o sistema bancário dos países imperialistas centrais, começando pelo seu, que é o "lastro" do euro e queimar o capital na periferia do sistema para impedir que a crise se torne brutal no centro do sistema.

Neste contexto, toda comparação com a política norte-americana para sair da crise não tem sentido. O Estado norte-americano é a expressão do capital financeiro deste país, é o balcão de negócios de um capital altamente centralizado, enquanto a União Europeia não elimina a concorrência e disputa entre os imperialismos europeus. E a crise é a oportunidade para que os capitais mais fortes incorporem os capitais mais débeis. A aposta que faz Alemanha, ainda que seja arriscada, responde a lógica da concorrência entre os imperialismos, seu objetivo é sair da crise consolidando sua hegemonia sobre a Europa.

Nenhuma transferência de recursos aos bancos pode solucionar a crise se esta não vier acompanhada de um aumento substancial do nível de exploração dos trabalhadores que permitam às empresas transferirem parte da mais-valia para o sistema financeiro, para além das ajudas realizadas pelos governos. Assim, o nível de ataque aos trabalhadores europeus, dado o nível histórico de suas conquistas, é proporcionalmente maior ao que está sendo realizado ao proletariado norte-americano.

A hegemonia alemã

A periferia do Euro, o elo mais débil da cadeia imperialista da união europeia está duplamente preso às amarras do pacto que lhe permitiu endividar-se para "crescer", esperando um futuro que não chegou. A citação abaixo de Corriente Roja ao referir-se ao Estado Espanhol expressa a realidade de toda periferia: *Desde 2000, com a entrada no Euro, a dívida privada espanhola cresceu como a espuma, ao calor da especulação imobiliária. A banca internacional, em particular os alemães e franceses tiveram a oportunidade de dar saída a uma grande massa de capitais excedentes, que destinaram a periferia da Europa com grandes lucros. Assim, financiaram suas exportações ao Estado espanhol, 'encheram a mão' da especulação imobiliária...* [7]

Antes da criação do Euro, as burguesias da periferia da Europa se defendiam da agressão comercial dos países mais produtivos (Alemanha e França) desvalorizando suas moedas, isso lhes permitia tomar um respiro e manter mal ou bem o seu tecido produtivo e o equilíbrio de suas balanças comerciais. Com a moeda única esta possibilidade foi cortada. Assim, a potência exportadora alemã já não tem mais barreiras e foi debilitando cada vez mais a produção nacional da periferia levando estes países a um vasto processo de desindustrialização.

Entre 2002 e 2010 este processo gerou um excedente de 1,64 trilhões de euros na Alemanha, dos quais somente 554.000 bilhões foram aplicados no seu próprio mercado interno. O resto, 1.07 trilhões foi colocado fora da Alemanha, e desta parte 356 bilhões em empréstimos e créditos para financiar investimentos que não concorresse com a produção alemã. Isto é assim porque dentro de um determinado espaço produtivo fechado, para que alguém tenha superávit alguém precisa ter um déficit e este déficit deve ser financiado.[8] As dívidas crescentes da periferia foi a forma de "encher" o vazio entre a produção interna de valor e uma moeda deslocada da capacidade produtiva do país.

Alem do euro, os ataques à classe trabalhadora alemã foram as duas bases que permitiram sua expansão nos últimos anos. No inicio do Governo Social-Democrático-Verde Schröder/Fischer – com o apoio e colaboração da Central Sindical Alemã e dos principais sindicatos do país ligado à Social-Democracia -, expandindo-se o trabalho terceirizado, o trabalho a tempo parcial – *minijobs*,- os contratos temporários, o banco-de-horas, instituindo-se um setor de mercado de salários de fome – inferiores a € 5 por hora e, até mesmo € 1 por hora.[9]

---

[7] *Su deuda privada, "nuestra" deuda pública*. Página Roja, Janeiro de 2012.

[8] *Alemania impone "reparaciones de guerra" a lo resto de la Europa*, Juan Torres López. (http://www.juantorreslopez.com/)

[9] Da entrada na crise econômica de 2009, à retomada conjuntural. *Emil Asturig*

A política central da grande burguesia alemã (e sua sombra francesa) neste momento é "queimar", desvalorizar, o máximo de capital na periferia, ao mesmo tempo em que, aumenta de forma qualitativa a exploração da classe trabalhadora[10] permitindo uma transferência superior de mais-valia da periferia para o centro. Por isso a sincronia das "reformas trabalhistas".

No caso dos países mais débeis como Grécia e Portugal seu nível de endividamento público e privado, é tão elevado e tão distante da capacidade produtiva, que torna estes países "irresgatáveis". Assim Merkel e Sarkozy decidem submetê-los a mais absoluta pilhagem, espoliar o patrimônio público com preços ridículos, empobrecê-los, levá-los a uma ruína social e econômica para convertê-los em um protetorado econômico. O segundo "resgate" de Grécia (145 bilhões), apresentado como uma recompensar aceitar a pilhagem, não é outra coisa que uma transferência bilionária de fundos públicos para os bancos credores.

Muitos podem se perguntar se esta política não entra em contradição com a preservação do Euro, a isto reponde o presidente da toda poderosa federação das empresas exportadoras alemãs (BGA), Anton Borner: *Não se pode superestimar o euro, o que interessa a Alemanha é o mercado livre, não a moeda única, podemos viver sem o euro. Recomendo a Grécia e Portugal que saiam voluntariamente do Euro*. Por outro lado, a comissária europeia Neelie Kroes agrega: "podemos ficar sem a Grécia".

E ao final de tudo, a permanência de Grécia e Portugal no euro é um problema tático, dependerá do desenvolvimento mais geral da crise. Na verdade, tudo aponta a saída destes países do euro já está descontada por Merkel e Sarkozy. O problema seria o quando e o como. Não querem fazer antes de consumar a pilhagem e, sobretudo, devem fazer de forma "ordenada" e controlada para evitar um contágio que arraste Itália ou o Estado espanhol, que levaria uma explosão da zona euro provocando um tsunami financeiro. A dureza frente à Grécia, também serve, de passagem, como um excelente "estimulo" para disciplinar Itália e o Estado espanhol.

Em paralelo, Alemanha obriga aos países do euro a uma completa submissão à chamada "convergência fiscal", um nome pomposo para dizer que o orçamento público deverá ter a assinatura da Alemanha antes mesmo de ser enviado ao parlamento e que as políticas dos governos se adaptarão estritamente às exigências do capitalismo alemão, como estão fazendo agora Rajoy e Monti. Encontramo-nos diante de uma "Europa-alemã".

Hipóteses sobre o desenvolvimento da crise

Neste momento a fina corda que mantém Grécia e Portugal na moeda única permite justificar a transferência dos fundos europeus para os bancos alemães e franceses e outros em nome dos acordos de transferência destes fundos para os países. Mas este movimento tem os seus riscos.

Os bancos somente podem reaver seus empréstimos da periferia do Euro minimizando as perdas se o movimento atual de queimar capital nesta zona inclua um aumento qualitativo da exploração dos trabalhadores. E este processo deve ser realizado no tempo necessário ao "desalavancamento" dos bancos. Por isso a urgência nas reformas e a guerra social declarada.

O aprofundamento da recessão na periferia para salvar e reforçar o centro é então a hipótese otimista. Assim a diferença entre a recessão para toda área e o colapso é o aprofundamento da crise nos países centrais, que viria de uma ruptura descontrolada do euro.

Para que as empresas diminuam suas dívidas, devem aumentar a parte proporcial da mais-valia extraída dos trabalhadores e destiná-la aos bancos sem diminuir ainda mais sua margem de lucro. Este processo está sendo realizado expropriando diretamente os salários, impedindo os reajustes de acordo com a inflação, aumentando a jornada, facilitando as demissões e contratando os novos com salários mais baixos. Este processo está em curso em toda periferia. Mas o seu resultado no tempo dependerá da luta entre as classes, o

[10] O *longo ano de 2008, Emil Asturig*

grau de resistência da classe trabalhadora, ainda que as reformas sejam votadas nos parlamentos, pode retardar toda arquitetura macabra.

Europa entra em recessão. E esta atingirá a todos os países, mas estima-se que atingirá menos o centro, ou seja, manter a desigualdade do ritmo atual da crise. A máquina de exportação alemã será afetada, pois destina a UE 60% de sua produção; cerca de 48% de seu o PIB dependente das exportações e mais do que 20% dos postos de trabalho neste país dependem do comércio exterior.

Outra combinação de elementos presente nesta crise também deve ser considerada. As exportações de Alemanha para a UE chegou a ser 70%, mas nos últimos dois anos parte da produção exportada teve a China como destino: *o segmento do comércio exterior alemão que mais rapidamente cresceu foi o das exportações alemãs para a China, cujo índice de incremento atingiu +56% (em 2009, € 16,2 bilhões, ao passo que, em 2010, € 25,2 bilhões).* [11]

Neste momento, a máquina de exportação alemã evita o aumento interno da superprodução desviando parte de sua exportação para o leste de Ásia. Se o aprofundamento da recessão na Europa se combinar com a desaceleração da economia chinesa em um nível tal que retira a rota de fuga das exportações alemã, a crise romperia de forma ainda mais brusca no sistema financeiro europeu e no alemão em particular.

Se a economia alemã, motor da zona euro aprofundar sua crise antes que o mecanismo de imposição à periferia do Euro a maior parte do ajuste gere resultados, seja pela resistência dos trabalhadores ou pela relação comercial com a China, ou por uma combinação destes elementos, a crise econômica e financeira se aprofundaria perigosamente. Em qualquer caso, a dinâmica da crise dependerá neste momento de uma combinação destes elementos e da forma como eles se desenvolverão nos meses que se avizinham.

[11] Se, em 2008, a China ainda era o 4° maior fornecedor da Alemanha, detendo a cifra de 6,2% das importações totais do país (contra 12% da Holanda, 8,6% da França, 7,8% da Bélgica), este país conseguiu conquistar, em 2010, o 1° lugar, superando a posição da Holanda, outrora a primeira fornecedora da Alemanha. Emil Asturig, texto citado.